

A PERMANÊNCIA DO LOBOLO E A ORGANIZAÇÃO SOCIAL

no Sul de Moçambique

FABIANE MIRIAM FURQUIM*

RESUMO

Neste artigo será tratado, mesmo que de forma breve, as configurações, características e a importância do lobolo para a sociedade moçambicana, dando ênfase ao sul do país. A partir de uma explanação histórica dessa cerimônia de casamento, é possível observar que mesmo com períodos de repressão ao lobolo ele permanece na sociedade como um importante meio de organização social e legitimação. Será abordado então, utilizando-se de algumas etnografias, como ele vai modificando-se e se adaptando às ditas modernizações da sociedade, de modo a demonstrar que as tradições não são estáticas, alargando tanto o próprio conceito de tradição quanto o de modernidade.

Palavras-chave: Moçambique; Lobolo; Organização Social.

ABSTRACT

Briefly, this paper will presents the composition, characteristics and importance of lobolo for Mozambican society, emphasizing the south of this country. Starting from an historical explanation of this wedding ceremony, it is possible to observe that even under lobolo repression periods, it remains in society as an important mean of legitimating and social organization. Using ethnographies, this paper intends to comprehend the lobolo modifications and adaptations to the modernization of society. Therefore, demonstrating that traditions are not static, broadening not only the tradition concept itself, but also the modernity concept.

Keywords: Mozambique; Lobolo; Social Organization.

*Mestranda em História pelo programa de pós-graduação da Universidade Federal do Paraná na linha de pesquisa Espaço e Sociabilidades. Orientação do Professor Doutor Hector Rolando Guerra Hernandez. Email: fabianefurquim@gmail.com

Introdução

O presente artigo visa abordar a cerimônia, denominada de lobolo¹ que é – a grosso modo- a cerimônia de casamento entendida como “tradicional” no sul de Moçambique, na qual a família do noivo oferece bens para a família da noiva em troca do casamento. A partir disso, será traçada uma breve relação histórica sobre a sua constituição e, principalmente, a importância da mesma para a organização social de Moçambique desde aproximadamente a segunda metade do século XIX até os dias atuais. Dessa forma, é necessário analisar o lobolo buscando compreender de que forma ele foi instituído, mas também como foi modificando-se e, especialmente, a maneira como é encarado pela sociedade moçambicana. Alguns trabalhos de pesquisa são de suma importância e serão abordados aqui, entre eles, está a obra “Wives for Cattle. Bridewealth and Marriage in Southern Africa” de Adam Kuper, publicada pela primeira vez em 1982, que traz aspectos mais gerais das comunidades no sul da África em relação aos costumes cerimoniais. Será utilizado o estudo etnográfico “Usos e Costumes dos Banto”, de Henri Junod, produzido em 1913, que traz de forma detalhadas as configurações sociais das comunidades Banto, incluindo aí o sul de Moçambique já no século XX. Também, será abordada a etnografia “O Lobolo de meu amigo Jaime”, do antropólogo português Paulo Granjo, que relata um lobolo acontecido recentemente, em 2003, em Moçambique. Por último, será usado o artigo “Lovolo e espíritos no Sul de Moçambique”, de Brigitte Bagnol, publicado em 2008. Através destas obras, haverá possibilidade de observar - ainda que de forma breve - como o lobolo configura-se no sul de Moçambique, buscando analisar a forma como ele é capaz de regular muitas relações sociais, transcendendo então as questões apenas de cunho pessoal ou reservadas ao âmbito do que hoje entendemos como privado. Também será visto a forma como ele é importante para se entender as temporalidades e as relações sociais na região.

É necessário, em um primeiro momento, fazer uma breve retomada sobre a História de Moçambique, de forma a contextualizar de que maneira esta sociedade configura-se para o entendimento dos desdobramentos do lobolo. Este é um país localizado no sudeste africano e faz fronteira de norte a sul com a Tanzânia, o Malawi, Zâmbia, Zimbábue, Suazilândia e a África do Sul. É composto por onze províncias, sendo sua capital, a cidade de Maputo, localizada no extremo sul do país, local este que é analisado neste trabalho. Aqui, é importante frisar que existem diferenças culturais significativas entre o sul, o centro e o norte, por isso a importância em ressaltar que o direcionamento da análise é para as práticas do sul. Isso devido ao fato de que o país é composto por diversos grupos de diferentes etnias, que se estabeleceram na região há centenas de anos. Esses grupos falam distintas línguas, sendo hoje as mais usuais o Emakwua no centro norte e o Xixangana no sul. Moçambique possui contato com portugueses e europeus desde o século XV, principalmente para trocas comerciais vindas do continente asiático. Sua população também sofreu com o tráfico de escravos que perdurou até finais da década de 90 do século XIX. Com as resoluções da conferência de Berlim, realizada em 1884/1885, Portugal permaneceu na região, utilizando o país como colônia até 1975, quando Moçambique finalizou a guerra de descolonização. Com início em 1964, a luta para a independência foi armada, dirigida pela *Frente de Libertação de Moçambique* (doravante FRELIMO), fundada em 1962. Esta Frente foi liderada por Eduardo Mondlane durante os seus anos de formação e, após o seu assassinato em 1969, a liderança foi passada para o mando de Samora Machel. A FRELIMO será importante, pois como veremos posteriormente, suas políticas como partido, após a posse da direção do país, irão buscar regular as práticas sociais

¹Também pode-se usar a grafia Lovolo, como se escreve em changana. Lobolo é a maneira como se faz referência à cerimônia em português devido à fonética.

da população. Influenciada pelo contexto de guerra fria dos anos 1970, a FRELIMO assumiu o caráter marxista-leninista, que propôs políticas sociais baseadas na ideia de governo centralmente planificada e cujo corolário deveria ser a formação de um Homem Novo, socialista, que abandonaria a estrutura colonial racialista cimentada na sociedade pelas políticas da administração portuguesa, para então assumir um caráter nacional, baseado no cientificismo e cujo sujeito histórico deveria ser o Homem Novo projetado². Esse “homem novo” deveria deixar de lado o tribalismo, a superstição e as tradições, entre elas, o lobolo, pois deveria pautar a sua vida na educação e no trabalho, principais agentes de transformação, segundo a FRELIMO.

Como aponta Lorenzo Macagno³, o Homem Novo não poderia existir apenas no âmbito ideológico, sendo necessário que ele existisse também no plano material o que interferiu diretamente na população e que será uma das motivações para a guerra civil que ocorreu de 1977 até 1992 entre a FRELIMO e a RENAMO (Resistência Nacional Moçambicana). O hiato criado através da diferenciação do projeto em relação ao caráter real da população e também de certa forma entre os dirigentes da FRELIMO e a população, acaba por abrir espaço para que a RENAMO se fortaleça principalmente entre as comunidades rurais que buscava se aproximar da população justamente através da tradição. Nesse contexto crítico os integrantes da RENAMO criam alianças com os chefes tradicionais que ainda permaneciam em suas regiões, e também com a população, que como aponta Geffray, passa a apoiar o partido que se consolida formando espaços e bases entre essas regiões. Geffray aponta para três grupos que eram mais sensíveis para essa questão: Os chefes tradicionais, que perderam a sua autoridade, jovens que não se enquadraram nas aldeias comunais devido ao serviço doméstico e também não se enquadraram nos serviços urbanos, e por último as populações deslocadas forçosamente de suas regiões para as aldeias comunais. Neste último caso, o autor aponta que a RENAMO atacava principalmente as aldeias comunais, encorajando as pessoas a retornarem aos seus lares de origem prometendo que sua vida e seus bens seriam poupados⁴. A RENAMO baseia seu discurso e a sua aliança com a população justamente nos locais onde a FRELIMO não alcança, principalmente nas questões referentes à tradição⁵. Dessa maneira, aportado nesse contexto, será possível ver de que forma o lobolo foi encarado pelos então dirigentes do país e também pela população, verificando suas modificações e permanências, a partir das transformações histórico sociais.

Antes de entrar mais profundamente nas discussões sobre as transformações do lobolo, é preciso entender de forma mais geral como se dá esta prática em Moçambique. O lobolo constitui-se basicamente no pagamento de uma espécie de dote (utilizando-se desse conceito da forma mais rasa possível), no qual a família do noivo dá para a família da noiva bens em troca do casamento. Entretanto, o dote, como é conhecido na Europa, ocorre de forma contrária, onde a família da noiva é quem entrega os bens para a família do noivo⁶. Para além da questão do pagamento em si, o lobolo compreende não apenas uma forma de agradar a família da noiva ou de mostrar poder, mas também um modo de se fechar alianças, bem como de reconciliar tanto problemas do presente quanto do passado em relação aos ancestrais. Ele é

2 Para melhor entender esse processo, indico as obras: MACEDO, Victor Miguel Castillo de; MALOA, Joaquim. “Em Moçambique só há partidos de direita”: uma entrevista com Michel Cahen”, *Plural*, São Paulo, vol. 20, n. 1, 2013, p. 155-174; FRY, Peter. *Moçambique: ensaios*. Editora UFRJ, 2001.

3 MACAGNO, Lorenzo. “Fragmentos de uma imaginação nacional”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 2009, vol.24, n.º.70, p.17-35.

4 EFFRAY, Christian. *A Causa das Armas. Antropologia da Guerra Contemporânea em Moçambique*. Porto: Edições Afrontamento, 1991, p.24.

5 A questão da RENAMO é mais profunda do que a exposta neste artigo, entretanto devido ao foco principal do mesmo não será trabalhada.

6 GRANJO, Paulo. “O lobolo do meu amigo Jaime: um velho idioma para novas vivências conjugais.”, *Travessias: Revista de ciências sociais e humanas em língua portuguesa*, Rio de Janeiro, vol. 4/5 ,2004, p.47-78.

importante para a regulamentação social e ultrapassa o seu valor material. A cerimônia inclui o noivado, a determinação do *Bridewealth* ou o “preço da noiva” e a produção das oferendas para a família da noiva, podendo ser gado, roupas e enxadas, como nos tempos anteriores, e nos tempos atuais, com o valor em dinheiro, por exemplo. Sobre as questões referentes ao “preço da noiva”, é importante discutir quais os significados dele para não cair em uma simplificação perigosa de se entender a cerimônia como apenas a compra da noiva. Osmundo Pinho produz uma análise profunda e interessante, explanando que o lobolo não pode ser visto como uma vulgar compra da noiva. O autor aponta que um dos aspectos que caracteriza esta questão é a de que a noiva não se torna uma escrava, nem uma propriedade individual do marido, mas sim passa a fazer parte da família do noivo, bem como da comunidade onde passará a residir⁷.

As primeiras configurações do Lobolo.

Uma das primeiras interpretações sobre esta prática é encontrada nos estudos feitos por Henri Junod, no início do século XX. Segundo o antropólogo, para que a cerimônia de casamento seja completa é necessário que se estabeleça o *bridewealth*. Com isso, o pagamento é importante para a cerimônia e vai se modificando de acordo com o contexto histórico em que se vive. Exemplos disso, são que, em um primeiro momento, antes do contato com os brancos, o pagamento poderia ser feito através de esteiras e objetos de vimes. Após a relação com os europeus e com a mudança dos sistemas de valores materiais, o pagamento poderia ser efetuado com grandes anéis de ferro, possíveis de serem obtidos por trocas, o que demonstra a interferência do lobolo também na economia, como explica Junod⁸. Os bois, ou outro tipo de gado, também foram muito presentes para a troca. Com a diminuição destes, já ao final do século XIX, que Junod aponta, sendo causada por guerras com os Zulu, as enxadas e as contas ganharam grande espaço na cerimônia. Posteriormente, as enxadas foram substituídas pela libra esterlina⁹. Já na contemporaneidade, vemos que entre os presentes oferecidos pela família do noivo, existe a oferta de dinheiro e de tecidos para toda a família. Observa-se esse fato, no exemplo de lobolo a seguir, ocorrido em 2003:

Para além de 2.500.000 meticais (85 euros) de lobolo e 500.000 (17 euros) de multa pelos filhos anteriormente concebidos, teríamos que levar roupa completa para a noiva, seu pai e sua mãe, rapé e uma capulana para cada avó, um lenço, uma grade de cervejas, outra de refrescos, um garrafão de vinho tinto e uma garrafa de vinho branco. É ainda necessário contar com notas de 10.000 meticias para colocar em cima de cada grade, garrafão ou garrafa, com 20.000 para ver cada um dos sogros vestidos, e com 50.000 meticais para ver a noiva. Será também prudente levar mais algum dinheiro, para podermos corresponder a alguma exigência de última hora, ou a eventuais regateiros destes valores habituais¹⁰.

Agora, recuando novamente no tempo, se faz necessário analisar mais profundamente a questão do gado na cerimônia muito presente até o final do século XIX, aproximadamente. Isso devido ao fato de se poder perceber através desse tipo de pagamento, a maneira como o lobolo pode interferir na economia e nas relações sociais. Adam Kuper aponta, para o que ele chama de “cattle complex”, baseado em Herskovits, que escreve: “Cattle, except for their milk,

7 PINHO, Osmundo. “A antropologia na África e o lobolo no sul de Moçambique”, *Afro-Ásia*, Salvador, vol.45, 2011, p.12.

8 JUNOD, Henri. *Usos e Costumes dos Bantu*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, Maputo, 1996, p.254.

9 *Idem*.

10 GRANJO, *op.cit.*, p.3.

do not furnish food, they afford social position, and only as a ceremonial offering or thought the death of the animals are they eaten"¹¹. O gado como o maior bem, ao ser entregue para a família da noiva, não fica em posse das mulheres, mas sim do elemento masculino. Isso significa que aquele gado será utilizado provavelmente para que o irmão da noiva lobole uma esposa e consiga um casamento. Assim, quando Kerskovits questiona um casal sobre a preferência em ter filhos homens ou mulheres é respondido pela seguinte frase: "Both are good... the girls bring cattle and the boys look after them"¹². Seguindo o mesmo raciocínio, o gado acaba por trazer mais pessoas para a família, e conseqüentemente, mais braços para o trabalho, visto que as mulheres que se inserem na família através do lobolo geram filhos e, em uma sociedade patrilinear como o sul de Moçambique, os filhos acabam por "pertencer" à família do pai. Uma criança, na qual o lobolo da mãe não foi pago, não é considerada um membro integral da família. Se a mulher morre, ou se separa do marido, antes de ter um filho, o gado deve retornar para a família do noivo ou a família da noiva deve substituir a mulher por outra¹³. No caso de um divórcio já com filhos, a família da noiva não pode reclamar o filho, por exemplo.

Os sistemas de casamento e de pagamento da noiva, segundo Kuper, podem ser inseridos numa lógica de reciprocidade¹⁴. As trocas entre esposa e gado não são restritas apenas ao núcleo familiar da noiva e do noivo, mas se estendem a todos que participaram e contribuíram para o pagamento do lobolo, como uma transferência de recursos e uma forma de compensação pela pessoa perdida. Pensando um pouco além desse sistema de transferência de recursos, mas ainda na questão da coletividade, o que se percebe então é uma relação entre economia e moral, a qual Marcel Mauss teorizou em "Ensaio sobre a dádiva"¹⁵. Mauss aponta que não se encontra o que se chama de "Economia Natural". Nesse sentido, nessas relações, nunca se constata simples trocas de bens, de riquezas e de produtos entre indivíduos de forma com que estes proveitos sejam vistos apenas de forma utilitarista. Ele assinala em primeira instância que não são indivíduos, mais sim coletividades que trocam e que contratam. Nas palavras do autor:

não são exclusivamente bens e riquezas, bem móveis, coisas úteis economicamente. São, antes de tudo, amabilidades, banquetes, ritos, serviços militares, mulheres, crianças, danças, festas, feiras, [...] nos quais a circulação de riquezas não é senão um dos termos de um contrato bem mais geral e bem mais permanente¹⁶.

Ainda nessa questão, Henri Junod, ao pensar mais nas questões de compensação coletiva, aponta que o casamento, para os clãs ao sul de Moçambique, não era um rito individual, mas sim uma espécie de contrato entre dois grupos: a família do noivo e a família da noiva, onde de um lado ocorrerá a perda de um de seus membros e do outro o acréscimo. Assim, para compensar essa perda o primeiro grupo exige o lobolo. A partir do posto, vêm-se questões de coletividade e de regulação social do preço da noiva. Junod ainda aponta, que a mulher adquirida pelo clã não se tornará uma escrava, mas sim uma propriedade do grupo familiar, mais uma vez da coletividade¹⁷, pensamento esse que novamente combate a ideia de simples compra da noiva que já abordamos com Osmundo Pinho. Entretanto, é importante ressaltar que tais práticas não tornam menos opressiva a situação da mulher, que ainda vive sob um regime de

11 HERSKOVITS, M.J. *The culture areas of Africa*. Africa, 1930, vol.3, p.59-77 *Apud*: KUPER, Adam. *Wives for cattle: bridewealth and marriage in southern Africa*. Londres: Routledge & Kegan Paul Books, 1982, p.11.

12 *Ibidem*.

13 KUPER, *op.cit.*, p.26.

14 *Ibidem*, p.29.

15 MAUSS, Marcel. "Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas" In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

16 *Idem*, p.109.

17 JUNOD, *op. cit.*, p.257.

caráter patriarcal. Essa questão será abordada futuramente, já nos anos 1980, com a ascensão da FRELIMO e a OMM (Organização da Mulher Moçambicana), que irá questionar e combater as práticas que ferem os direitos das mulheres, entretanto não entrará em questão neste artigo.

Ainda sobre o lobolo, é interessante ressaltar que essas trocas, mesmo sendo voluntárias, são profundamente obrigatórias, e o seu não implemento ou então um mau cumprimento pode acarretar diversos problemas e desavenças sociais. No caso do lobolo, o não pagamento implica em um casamento incompleto, no qual, por exemplo, os antepassados podem sentirem-se ofendidos e causar maus momentos para o casal e para a família que o cerca. Essa obrigação é explicada por Mauss, quando ele aponta que ela estende-se em três campos: a de dar, a de receber e a de retribuir, ao explicar as relações dos clãs polinésios. Nesses três campos, existem os deveres e os direitos que devem ser voluntários, no sentido em que precisam ocorrer espontaneamente e, ao mesmo tempo, obrigatórias, visto que existe toda uma estrutura social na qual é necessário fazer/retribuir. Para o autor, essa obrigatoriedade deixa de existir quando se pensa que existem nessas trocas vínculos espirituais entre as coisas e não apenas materiais propriamente ditos. Dessa forma, os alimentos, as mulheres e o trabalho, por exemplos, são matérias de transmissão e de prestação de contas¹⁸.

A partir da explanação, percebe-se que não se trata apenas de trocas, mas sim de um sistema que vai muito além delas. O Dom, como pode-se chamar e explicado por Godelier,

não é apenas um mecanismo que faz circular os bens e as pessoas, assegurando assim sua repartição, sua distribuição entre os grupos que compõem a sociedade. É também, mais profundamente, a condição da produção e reprodução das relações sócias que constituem o arcabouço específico de uma sociedade e caracterizam os laços que se tecem entre os indivíduos e grupos¹⁹.

O que se cria com essas cerimônias são relações de aliança, e, vale ressaltar aqui, a questão da reprodução da sociedade. Em Moçambique, o lobolo possui a característica da reprodução social, pois faz com que se crie os laços de descendência, fazendo com que uma família continue a existir. Para além das relações que possam acontecer em um “futuro”, o lobolo regula as relações que acontecem no presente e até mesmo no passado, o que veremos mais adiante.

O Lobolo e o passar do tempo: a permanência do costume.

As relações anteriormente demonstradas apontam para a importância do lobolo e um pouco de suas configurações. Entende-se que tidas como uma tradição, essa prática continua em Moçambique. Entretanto, levanta-se um questionamento: como ela conseguiu permanecer visto tanto o contexto de colonização, que buscava converter os indígenas de modo que exercessem as práticas católicas de casamento, quanto, posteriormente, com o período socialista que considerava que o *bridewealth* era uma prática obscurantista, a qual não correspondia ao ideal de Homem Novo, ou seja, ambas as ideologias apontando para o ideal monogâmico. Mesmo com as políticas inseridas pelo Estado no cotidiano dos moçambicanos tanto no período colonial, quanto no pós-colonial, salvo suas características temporais, muitas vezes elas não respondiam às questões que faziam parte do dia a dia. Desta maneira, pode-se inferir que o Estado não era capaz de dar todas as respostas, como nos casos de doenças, morte,

18 MAUSS, *op.cit.*, p.303.

19 GODELIER, Maurice. *O Enigma da Dom*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p.76.

má sorte e outras demandas, que as práticas rotuladas de tradicionais já vinham resolvendo, dentro da sua lógica. Alguns exemplos sobre esse aspecto serão tratados mais adiante.

Existe um relativo consenso em relação a entender que durante muito tempo o lugar da tradição fora pensado para além da sua lógica própria, fazendo parte de maneira constitutiva do discurso moderno, no qual esta era concebida como imutável, o que por muitas vezes se revelaria como um fator de atraso. Esta maneira de enxergar o tradicional estaria enraizada em uma matriz profundamente colonial.

Os costumes e a ideia de modernidade eram criações do imaginário europeu, que se utilizava desses modelos para se definir e para justificar a sua permanência na África, ou seja, eram tradições inventadas como defende Eric Hosbsbawm e mais especificamente Terence Ranger no caso da África. Nesse sentido, eles forneciam e se baseavam em um modelo específico de modernidade e de sociedade e, ao encarar a realidade africana, perceberam poucas semelhanças com este modelo, principalmente no que se refere ao sistema de organização social e resolução de conflitos. Assim, os administradores acabaram por emular algumas instituições presentes na metrópole, recriando e adaptando estas às instituições que as sociedades africanas possuíam, transformando as tradições e os costumes em instituições rígidas, justificando uma suposta excepcionalidade, como aponta o autor. Essa excepcionalidade ocorre devido ao fato que a tradição é vista a partir da perspectiva evolucionista das sociedades ocidentais²⁰.

Apesar deste discurso modernizador, que legitimou por muito tempo a fixação europeia no continente, observa-se também a permanência de diversos aspectos tradicionais nas sociedades africanas, as quais foram se modificando inviabilizando a ideia de imutabilidade. Muitas vezes, entender que o tradicional, ou o conceito que se tem de tradicional, demonstra uma dicotomia em relação ao moderno. Essa dicotomia acaba por engessar o termo tradicional como se estas práticas não pudessem se modificar, sendo vistas de forma pejorativa. Entretanto, como se constata com os casos de lobolo recentes em Moçambique, e com diversas práticas que se encontram no mundo, a tradição não é algo estável. Horton e Gluckman propõem a reflexão, pela qual, a tradição seria mais do que uma simples crença, pois ela estaria arraigada no dia a dia moçambicano desde mesmo antes da colonização. Deste modo, a tradição estaria diretamente vinculada com a experiência vivida, fazendo com que ela não possa ser entendida apenas como algo sobrenatural ou atípica, sendo consequentemente deslocada do momento histórico e social que a população vive²¹.

Portanto, a tradição caminharia com a modernidade, num sentido que os autores apontariam como não dicotômico, sendo então necessário historicizar as questões que envolvem esta relação e assim transcender a dicotomia do moderno versus o tradicional. Precisamente porque, durante o período de domínio português, as práticas tradicionais, entre elas o lobolo, a poligamia e as acusações de feitiçaria, citando as mais significativas, foram relegadas ao universo do direito costumeiro e serviram como evidência da “selvageria” e justificativa do atraso africano. Peter Geschiere entende que as categorias de modernidade e tradição não são contrastantes, e que a modernidade também não é algo exclusivo do continente europeu, se analisada de perspectivas diferentes. A partir do posto, o autor aponta que existe uma “modernização da tradição”. A resistência e permanência das tradições, tais como o lobolo, a centralidade dos chefes tradicionais e o culto aos ancestrais, no caso de Moçambique, por exemplo, podem ser encaradas como a própria modernidade africana, deslocando o sentido fixo de modernidade e inserindo-o em outras realidades e temporalidades. Entretanto, é necessário destacar que

20 RANGER, Terence. “A invenção da tradição na África Colonial.” in: HOBBSBAM, Eric e RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p.254.

21 HORTON, R. & GLUCKMAN, M. *Ciencia y brujería*. Barcelona: Anagrama, 1988 [1967], p.96.

Geschiere alerta para que, ao pensar em uma modernidade característica africana, não se incida na ideia de excepcionalização dos países e de exclusão da História mundial²², mas sim num alargamento da ideia de modernidade, se pensada historicamente de acordo com cada país.

Dessa forma, ele aponta que, ao cogitar em uma modernização da tradição não significa necessariamente pensar em uma retraditionalização da sociedade, mas sim repensar as categorias que a compõe. Analisando historicamente, percebe-se que a tradição adequa-se às novas características, tais como a monetarização e os processos de individualização como símbolos da modernidade, mas com a percepção sobre os bens e o indivíduo permanecendo ambivalentes. Ao utilizar o conceito de retraditionalização acaba-se por negar o esforço da população em participar das mudanças modernas e de controlá-las, pensando apenas em uma visão vista de cima (os novos agentes) para baixo, sem inserir as modificações e usos que as populações criam. Assim, os novos imaginários, que misturam aspectos relacionados ao entendido como tradicional e ao concebido como moderno, não revelam uma saudade ou um apego irracional, mas demonstram o esforço e pragmatismo da população em lidar com as mudanças estruturais da sociedade.

Voltamos então ao questionamento inicial. Apesar dessas categorizações, como o lobolo permanece na sociedade “moderna”? No projeto de Lei da Família, feito em Moçambique em 1978, é recorrente estar em discussão o papel da mulher na sociedade. Dessa forma, o projeto prevê que o casamento não pode ser um negócio e nem um sistema de trocas materiais, deixando claro então que o Estado irá combater essas práticas. Brigitte Bagnol aponta que o lobolo, no decorrer do tempo, passa por diversas adaptações. Uma dessas, é a questão e a tendência em combinar diferentes tipos de casamentos para que se legitime perante diferentes instâncias, praticando tanto o lobolo, como o casamento civil e também o religioso. “Enquanto o casamento civil define uma relação entre os casais e o Estado (lei civil) e o casamento religioso uma conexão com Deus, o lobolo é essencialmente um acto que estabelece uma relação entre o casal, as famílias e os antepassados”²³. O lobolo continua a construir uma prática em Moçambique, ao inserir o indivíduo em uma rede de relações de parentesco, de alianças, tanto com vivos e quanto com os antepassados. A autora explana que mesmo com a existência de outras formas de casamento, o lobolo sobrevive e transcende as relações de casamento, pois cobre áreas que não são abrangidas pelas outras práticas, tais como as relações com os antepassados. Para que fique mais evidente, serão analisados alguns casos, trazidos tanto por Bagnol, quanto por Granjo²⁴.

A questão dos antepassados

Em *O lobolo do meu amigo Jaime*, Granjo aponta que os convidados chegam na casa da noiva muito antes do combinado da cerimônia. Isso devido ao fato de que ocorre o kuphalha, uma conversa com os espíritos dos antepassados da linhagem. O que é interessante nesse caso, é que o casal já vivia junto há 12 anos, e só fizeram o lobolo depois. Dessa forma, o tio do lado paterno da noiva pede primeiramente desculpas aos antepassados pela demora da efetuação do lobolo. A família do noivo queria realizar o lobolo para resolver uma questão de honra, quitar a dívida, legitimar o herdeiro e também retirar o argumento de outros

22 GESCHIERE, Peter. “Feitiçaria e modernidade nos camarões: alguns pensamentos sobre uma estranha cumplicidade”, *Afro-Ásia*, Salvador, vol. 34, 2006, p.21.

23 BAGNOL, Brigitte. “Lovolo e espíritos no Sul de Moçambique”, *Análise Social*, Lisboa, vol. XLIII (2º), 2008, p.270.

24 GRANJO, *op.cit.*, p.3.

grupos que pudessem responsabilizar essa família e seus membros por acontecimentos indesejáveis²⁵, visto que a não realização do lobolo implicava no descontentamento dos antepassados, que poderiam agir de forma negativa na vida das pessoas. Para a família da noiva, era o desejo e a necessidade de apaziguar os antepassados e assegurar a proteção. Para além das questões familiares, o casal, que já estava unido há algum tempo, busca resolver algumas dificuldades conjugais das quais vivenciavam. Ou seja, eles conseguiriam uma relativa paz ao seu casamento e aos seus problemas materiais, se pudessem quitar suas dívidas com os antepassados e com o seu grupo social através do casamento.

Brigitte Bagnol também traz um caso nesse sentido. Após a cerimônia do lobolo, o casal deu a luz a um filho, o qual chorava demasiadamente. Quando procuraram um adivinho para entender as causas da aflição da criança, este informou que o problema estava relacionado a uma velha tia da mãe da noiva, que, na ocasião do lobolo da sobrinha, não havia recebido uma capulana que ela merecia enquanto tia. Dessa maneira, ela era quem provocava problemas para a criança. Assim, foi necessária a compra de uma bebida e um tecido para a tia, de forma que o seu espírito fosse apaziguado²⁶.

Em outro caso, a mulher grávida sente fortes dores na barriga e é aconselhada a voltar para casa de seus pais até que seu marido possa pagar e cumprir o ritual do lobolo. Quando a mulher fez uma ecografia, constatou-se que estava grávida de gêmeos, entretanto uma das crianças havia falecido ainda no útero. Segundo Bagnol, essa informação reforçou a ideia do casal que os antepassados da linhagem da mulher estavam contra a união e conta a gravidez, e a morte reforçou a expressão do poder do descontentamento dos antepassados. Essas situações demonstram que as doenças, as mortes e os infortúnio são entendidos como expressão da ira de antepassados, muitas vezes causados pela falta do lobolo ou por um lobolo no qual alguns parentes foram negligenciados.

Existe nessa sociedade uma centralidade nas relações entre os vivos e os mortos, principalmente quando se trata de assuntos matrimoniais (alianças), que providenciam a saúde e felicidade do casal (vida e morte). A mãe da mulher do segundo caso aponta que Oiço muitas mulheres dizer que não estão felizes pela falta de lovolo [...] Por que fazemos o lovolo? É para que os antepassados não sintam a falta devido à saída da filha [...] Muitas vezes, se uma mulher sai sem ser lololada, ela pode ficar doente e não ficar grávida²⁷.

Aqui, percebe-se a importância que foi ressaltada anteriormente de pensar de uma maneira que englobe a coletividade e não apenas o indivíduo. Uma outra questão, que é interessante analisar e que Bagnol ressalta, é que nunca é tarde para se realizar o lobolo, pois ele pode ser feito mesmo quando o casal já vive junto ou tem filhos, por exemplo, o importante é quitar as dívidas e beneficiar os antepassados²⁸. Isso indica uma flexibilidade das práticas que fazem com que elas permaneçam no tempo. Nos casos citados acima, os noivos angariaram juntos as oferendas e o dinheiro necessário para a realização do lobolo, o que demonstra que, com o passar do tempo, a ideia de que ele é apenas um rito para compra da noiva não é pertinente. Dessa forma, percebe-se que o lobolo insere-se em uma questão social de regulação, de estabilização e inserção do indivíduo na sua comunidade e no contexto social, vide o caráter coletivo das relações.

Assim, o lobolo implica também em gerar certo status social para quem o faz. O

25 *Idem*, p.10.

26 BAGNOL, *op.cit.*, p.259

27 *Idem*, p.264.

28 *Ibidem*.

homem que realiza o lobolo torna-se um adulto completo na sua geração, ele se torna um exemplo a seguir. Para além das questões de regulação social e equilíbrio social entre a própria família, Granjo aponta que um homem que lobola influencia seus amigos a lobolarem para que estes não se sintam menos que o outro²⁹. Já a mulher passa a ser vista com inveja, e a ser mais respeitada de forma a completar o seu estatuto de adulta.

Considerações finais

Os casos aqui brevemente discutidos assinalam para as questões históricas, pois apesar das modificações de contexto, existem práticas que permanecem. O lobolo, visto de uma categoria mais ampliada, pode apenas apontar um ritual de casamento, no qual existe a compra da noiva. Essa visão reforçada pelo preconceito, pela propaganda ideológica do sistema colonial e, posteriormente, pelas categorias modernizantes da FRELIMO, por exemplo, acabam por não revelar que, se esmiuçarmos as cerimônias, se encontra outros aspectos que contrariam essa simplificação do ritual. A primeira questão que foi abordada é a da transferência de recursos, demonstrada por Kupper, onde as trocas possibilitarão a reprodução social, tanto pelo fato de que a família da noiva receberá o gado que poderá ocasionar outro lobolo, quanto pela questão de que a mulher inserida em outra família trará novos membros que contribuirão para o trabalho. Já numa segunda análise, com Mauss e Godelier, vê-se que o sistema de dom evidencia que a mercadoria trocada não possui apenas um valor monetário, ou de mercado, mas sim um valor significativo que exige uma reciprocidade entre as famílias e que ordenará as relações sociais. Essa obrigação voluntária de dar e receber não fica restrita apenas aos familiares presentes e vivos, mas regula as questões com os antepassados, que cobram dos vivos as suas oferendas em troca de manterem uma ordem e regulação social.

Com as transformações sociais e os adventos modernos, as posições sociais e os relacionamentos entre os homens e as mulheres foram modificando-se. Também transformaram-se as relações entre as pessoas e o Estado. Mesmo assim, o lobolo permaneceu e permanece na sociedade, de forma diferente, mas ainda como papel central para a consolidação das posições sociais e das relações familiares. Agora, muitas vezes, se o noivo não possui o dinheiro suficiente para a consolidação do lobolo, a noiva que trabalha também ajuda para a construção do montante, de forma que podemos questionar no presente a ideia de preço da noiva, ou de simples compra da noiva. Mesmo com as relações familiares de produção modificando-se, nas quais as pessoas não trabalham mais apenas em suas propriedades ou nas plantações da família, mas têm a possibilidade de trabalhar em meio urbano e possuir um salário, o lobolo permanece, ainda que agora não seja entendido como apenas a reprodução social. Granjo aponta:

Podemos mesmo assim verificar que, após a sua catalogação pelos colonizadores como um exótico e incivilizado arcaísmo, e após a sua inclusão entre as práticas e instituições a abater pelas autoridades do Estado independente, o lobolo se mantém e aparentemente reforça, reproduzindo-se hoje num contexto em que o discurso público generalizadamente aceita (e por vezes enfatiza) a "tradição"³⁰.

Entretanto, pensar apenas como tradição não responde às perguntas. Ele sugere que

29 GRANJO, *op.cit.*, p.16.

30 *Ibidem*, p.18.

a sua continuidade deve-se à sua multiplicidade de motivações, ao seu polissemantismo, dessa forma:

juntando em si a legitimação conjugal, o controle da descendência, a dignificação das partes envolvidas e a domesticação do aleatório através da acção dos antepassados, por um lado, e tendo, por outro, o espaço e a capacidade de se assumir (através das representações que lhe estão associadas) como instrumento para a superação de problemas inovadores, o lobolo não encontra no seu contexto sócio cultural qualquer outro rival à altura³¹.

Analisando não só a categoria maior de lobolo ou a tradição, percebemos que a sua permanência acontece pelas pequenas e cotidianas relações, ou seja, através das respostas que ele oferece para as questões e pelas modificações as quais vai sofrendo. Olhar os casos, desde clássicos, como a troca pelo gado, até a união do casal em juntar dinheiro para pagar o próprio lobolo, demonstra que são as próprias modificações os elementos necessários para a permanência da tradição. Como aponta Rosenthal, ao analisar os casos em uma escala mais reduzida, no micro, pode-se, de certa forma, obter um alcance geral das práticas e da importância do lobolo. Ao citar Barth, ele aponta que as estruturas mais significativas da cultura não residem na sua forma estrutural e estática enquanto si, mas sim na sua destruição, nas suas diferenças e na sua adaptação, não se tratando de uma obediência mecânica³². Assim, não se deve pensar apenas no macro/micro, mas nas transições que demonstram que as práticas não são estáticas, que ocorrem dependendo das reações das pessoas, e que nem sempre possuem uma regularidade. Dessa forma, e reforçado pelo pensamento de que as tradições são construídas e mutáveis, percebe-se que o lobolo, através da sua permanência, apesar das investidas contra, possui uma significação essencial para a constituição e regulação da sociedade moçambicana.

31 *Ibidem*.

32 ROSENTHAL, Paul-André. "Construir o 'macro' pelo 'micro': Fredrik Barth e a 'microstoria'" In: REVEL, J. *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p.156.